

FERNANDO TENÓRIO TAVEIRA JÚNIOR

Proteção dos *digital assets* sob o enfoque dos direitos de personalidade

Dissertação de Mestrado

Orientadora: Professora Dra. Cíntia Rosa Pereira de Lima

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo-SP

2015

FERNANDO TENÓRIO TAVEIRA JÚNIOR

Proteção dos *digital assets* sob o enfoque dos direitos de personalidade

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração de Direito Civil, sob a orientação da Profa. Dra. Cíntia Rosa Pereira de Lima.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo-SP

2015

FERNANDO TENÓRIO TAVEIRA JÚNIOR

PROTEÇÃO DOS *DIGITAL ASSETS* SOB O ENFOQUE DOS DIREITOS DE
PERSONALIDADE

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título de Mestre em Direito e
aprovada em sua forma final para obtenção do título de Mestre.

Área de concentração: Direito Civil

Orientadora: Profa. Dra. Cíntia Rosa Pereira de Lima

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Aos meus amores, Dan e
Guga.

AGRADECIMENTOS

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), pelo apoio financeiro e institucional, por meio da concessão da bolsa de mestrado, no processo nº 2012/09653-4.

À Profa. Dra. Cíntia Rosa Pereira de Lima, pelos valiosos ensinamentos durante a orientação acadêmica e pela amizade construída.

Aos mestres da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

Aos fraternos amigos que me auxiliaram durante a caminhada.

EPÍGRAFE

Queremos saber, queremos viver confiantes no futuro, por isso se faz necessário prever qual o itinerário da ilusão, a ilusão do poder, pois se foi permitido ao homem tantas coisas conhecer, é melhor que todos saibam o que pode acontecer.

(Gilberto Gil)

RESUMO

TAVEIRA JÚNIOR, Fernando Tenório. *Proteção dos digital assets sob o enfoque dos direitos de personalidade*. 2015. 175 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

A presente dissertação parte da observação do fenômeno denominado *digital assets*. Há pouco tempo, estes foram destacados pela dogmática do *common law* em estudos estrangeiros sobre a relação entre Direito e Tecnologia. A consolidação da internet, na Sociedade da Informação, universalizou diversas temáticas de ordem digital, incluindo o objeto desta pesquisa. Vale ressaltar, porém, que a proposta deste estudo segue rumo diverso das investigações alienígenas – relacionadas às problemáticas jurídicas sucessórias. Nesta empreitada acadêmica, buscou-se depurar criticamente a figura dos *digital assets*, sob a ótica civilista nacional. Primeiramente, estes são analisados, sob a visão doutrinária oriundas de países anglo-saxões, notadamente Inglaterra e Estados Unidos, em suas diversas facetas. Em um segundo momento, notando-se a possibilidade de assimilação da proposta estrangeira à realidade do Direito Civil brasileiro, foram propostas soluções para melhor acomodar esta figura ao ordenamento jurídico pátrio. Com esta base erguida, buscou-se tratar dos *assets* digitalizados, em virtude de sua importância singular na realidade digital brasileira, com um enfoque naqueles *digital assets* mais caros às pessoas. Com efeito, ao fim, chegou-se à conclusão de que a sistemática dos direitos de personalidade brasileira pode protegê-los eficientemente na área do Direito Civil.

Palavras-chave: *Digital assets*. Proteção. Internet. Direitos de personalidade.

ABSTRACT

TAVEIRA JÚNIOR, Fernando Tenório. *Protection of the digital assets under the personality rights perspective*. 2015. 175 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

This dissertation's inspiration came from the observation of the so-called digital assets. Not so long ago, they have been outlined by foreign studies, surrounding law and technology, that came from common law tradition countries. It is actually certain that the consolidation of the internet made certain digital issues of global concern, including the subject of this research. However, it is necessary to say that this study takes a different approach, if compared with its inspiring studies – generally concerned with succession law matters. In this academic undertaking, it is intended to better understand the digital assets under the Brazilian civil law view. Firstly, the digital assets are analyzed under different angles, according to the dogmatic proposals of the Anglo-Saxon countries, especially England and the United States. Secondly, with the conclusion that there is the possibility of settling this figure to the Brazilian civil law system, some dogmatic proposals are made. Then, the main concern of this research goes to the protection of the digital assets, fundamentally those related to the personality rights. At the end, this study reaches the conclusion that the personality rights are able to protect some digital assets effectively under the civil law Brazilian system.

Keywords: Digital assets. Protection. Internet. Technology. Personality rights.

LISTA DE SIGLAS

CCB	Código Civil brasileiro
CETIC	Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação
CF	Constituição Federal brasileira
CJF	Conselho da Justiça Federal
CPB	Código Penal brasileiro
CPC	Código de Processo Civil brasileiro
DA	Digital Asset
DAs	Digital Assets
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ITU	International Telecommunication Union
MB	Megabyte
MUDDs	Multi-users dungeons and dragons
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
RPG	Role-playing game
SI	Sociedade da Informação
STJ	Superior Tribunal de Justiça
STF	Supremo Tribunal Federal
TIC	Tecnologia da Informação e da Comunicação
TJ/RS	Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
TJ/SP	Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
UFADAA	Uniform Fiduciary Access to Digital Assets Act
ULC	Uniform Law Commission
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UOL	Universo OnLine
VP	Virtual Property

SUMÁRIO

Introdução.....	11
Linhas Preliminares:.....	13
I – A utilização da terminologia inglesa no título.....	13
II – O emprego da expressão <i>direitos de personalidade</i>	15
Capítulo 1. Sociedade da Informação: liquidez e riscos na era digital.....	18
1.1 A desmaterialização e a digitalização.....	31
1.2 O meio ambiente digital	36
1.2.1 A <i>web 2.0</i>	44
1.2.2 Computação em nuvem (<i>Cloud Computing</i>).....	48
Capítulo 2. <i>Digital assets</i> : categoria essencial do Direito na Sociedade da Informação	53
2.1 Os significados do termo <i>assets</i> em outras Ciências Sociais Aplicadas no contexto da Sociedade da Informação.....	56
2.2 As definições tradicionais do vocábulo <i>assets</i> no direito anglo-saxão.....	59
2.3 Estado da arte dos <i>digital assets</i> na dogmática anglo-saxã: análises críticas à literatura existente.....	63
2.3.1 Definições.....	66
2.3.2 Modalidades.....	73
2.3.3 Nomenclaturas.....	78
2.3.4 Qualificação jurídica.....	79
2.3.5 Natureza jurídica.....	82
2.3.6 Características.....	84
2.3.7 Classificações.....	86
2.3.8 Insuficiências da doutrina do <i>common law</i>	87
Capítulo 3. Os <i>digital assets</i> na sociedade informacional brasileira.....	90
3.1 Estado da arte dos <i>digital assets</i> no Direito Civil brasileiro.....	91
3.2 Terminologias propostas.....	93
3.3 Definição sugerida.....	105
3.4 Qualificação jurídica proposta.....	106
3.5 Modalidades.....	106
3.6 Os <i>digital assets</i> e os direitos de personalidade.....	107

Capítulo 4. Proteção dos <i>digital assets</i> na era digital.....	114
4.1 A vulnerabilidade como marca da Sociedade da Informação.....	115
4.2 A adoção de uma abordagem complexa para a proteção dos <i>digital assets</i>	120
4.3 O Direito como meio de proteção dos <i>digital assets</i>	123
4.3.1 O sincretismo no Direito Privado brasileiro.....	126
4.4 A proteção dos <i>digital assets</i> pelos direitos de personalidade.....	131
Conclusão.....	142
Referências.....	145

INTRODUÇÃO

A internet é uma criação tecnológica global sem precedentes na história da humanidade. Indubitavelmente, deu azo a diversas mudanças de todas as ordens, na comunicação, no comércio, na ordem financeira, nas relações de poder entre os Estados, e, principalmente, na realidade das pessoas. Com efeito, repousa nestas a maior preocupação deste estudo, especialmente na proteção de aspectos importantes de suas vidas digitais (*digital assets*).

A presente dissertação busca trazer à discussão o fenômeno dos *digital assets*, destacado pela dogmática estrangeira, especialmente, britânica e americana, através de estudos e pesquisas sobre a intersecção entre Direito e Tecnologia. Foi este o mote inicial que despertou esta investigação acadêmica.

Há ainda de ser ressalvada a importância desta pesquisa, em virtude de sua relevância aos estudos sobre a Sociedade da Informação no Brasil. Inexiste, até o momento, tentativa da dogmática do Direito Civil brasileiro em analisar, criticamente, a possibilidade de adaptação daquele instituto do *common law* à realidade do ordenamento jurídico pátrio, principalmente em relação à proteção da pessoa sob o enfoque dos direitos de personalidade.

Para tanto, o trabalho se apresenta da seguinte forma:

Preliminarmente, tecem-se alguns comentários sobre o uso da nomenclatura em inglês e a utilização dos termos *direitos de personalidade* e *direitos da personalidade* indistintamente. Procura-se, assim, logo de início, justificar os motivos dessas escolhas para, então, desenvolver o texto do estudo propriamente dito.

No Capítulo 1, a preocupação recai na breve exposição narrativa das principais alterações observadas na Sociedade: da era pré-industrial, a industrial e a pós-industrial, também conhecida como Sociedade da Informação. Nesta, destacam-se duas das suas características mais marcantes: a liquidez e os riscos.

Em sequência, fatos marcantes da era digital são expostos minuciosamente para contextualizar a questão de maneira apropriada, como os fenômenos da desmaterialização (e da digitalização) e da consolidação do meio ambiente digital. Em relação a este último, são tratados, especificamente, dois acontecimentos singulares na

disseminação dos *digital assets* em escala mundial: a web 2.0 e a computação em nuvem (*cloud computing*).

O Capítulo 2 aborda os *digital assets* detalhadamente por alguns ângulos distintos, desde os variados contextos em outras Ciências Sociais às nuances, tradicionais e contemporâneas, das visões da dogmática jurídica anglo-saxã. Desse modo, apresentam-se os *assets*, de maneira crítica, considerando-se os seus desdobramentos: a) definições; b) modalidades; c) nomenclaturas; d) qualificação jurídica; e) natureza jurídica; f) características; g) classificações; h) insuficiências da dogmática do *common law*.

No Capítulo 3, busca-se analisar detidamente o objeto da presente dissertação, sob a perspectiva da realidade jurídica do Direito Civil brasileiro. Dessa forma, os seguintes elementos são analisados ou sugeridos: a) o estado da arte dos *digital assets*; b) as terminologias no vernáculo; c) uma definição; d) uma qualificação; e) as modalidades; f) a relação entre os direitos de personalidade e os *assets* digitais.

No Capítulo 4, por sua vez, o foco maior passa a ser a proteção dos *digital assets* na era informacional. Primeiramente, destaca-se que a vulnerabilidade se constitui na marca característica da Sociedade Informacional. Neste viés, sugere-se que, para haver uma tutela eficiente, há de se tratar a questão de uma forma mais abrangente e complexa possível. Depois, analisa-se o Direito em sua capacidade de proteção dos *assets*. Destaca-se, em seguida, que o sincretismo tem sido amplamente utilizado pela doutrina civilista brasileira, às vezes desnecessariamente. Sugere-se, ao final, a plena capacidade de uso do instituto dos direitos de personalidade, no ordenamento civil brasileiro, na proteção eficaz dos *digital assets* mais sensíveis à pessoa.

São essas, por fim, as notas introdutórias.

CONCLUSÃO

Ao final da presente empreitada científica, é possível chegar às seguintes conclusões:

1. Independentemente da Escola teórica adotada (Determinismo Tecnológico, Construtivismo Social e Informática Social) para explicar a complexa relação entre a Sociedade e a Tecnologia, observa-se que a sociedade pós-moderna contemporânea está sujeita às sobrevividas incessantes do desenvolvimento tecnológico. Nesse contexto, insere-se a Sociedade da Informação, que modifica as áreas mais diversas da sociedade (política, econômica, cultura, Direito, etc.) de forma contínua. Assim sendo, não é desarrazoado inferir que a era digital passa a ser caracterizada pela liquidez (Bauman) e pelo risco (Beck).

2. Nesta realidade, surgiu uma discussão doutrinária no sistema jurídico do *common law* em torno dos denominados *digital assets*, por conta da incapacidade do sistema jurídico civil alienígena sucessório conseguir responder à emergente demanda da Sociedade da Informação, qual seja, a melhor maneira jurídica da transmissão dos *digital assets* dos falecidos aos seus herdeiros. Sem sombra de dúvidas, dois fatores em conjunto foram importantes para problematizar mais a questão: a) a contínua desmaterialização e digitalização; e b) a consolidação de um meio ambiente digital.

3. Em relação à desmaterialização, estudos indicam que dificilmente trará os resultados esperados ao planeta. Mesmo assim, diminui-se, cada vez mais, o uso do papel como suporte e o digital passa a ser o padrão. Nos dias presentes, verifica-se que a digitalização, com as suas qualidades e defeitos, é imensa. Com efeito, não há dúvidas de que uma maior inclusão, no âmbito digital, dá novas possibilidades às pessoas na era da informação.

4. Já o meio ambiente digital, no entendimento doutrinário deste estudo, deve ser compreendido como uma nova espécie de meio ambiente pelo ordenamento jurídico brasileiro. Em outras palavras, a internet, compreendida, de maneira holística, compõe este novo tipo de meio ambiente. Procura-se, dessa forma, respeitosamente, superar posição doutrinária brasileira que entende a nomenclatura meio ambiente digital apenas como um

fenômeno em seu aspecto cultural, ou seja, como meio ambiente cultural. Dentro deste meio ambiente digital, propõe-se que dois acontecimentos foram imprescindíveis para a difusão dos *digital assets*: a consolidação da *web 2.0* e da computação em nuvem (*cloud computing*).

5. Polissêmico, o termo *assets* abarca diferentes significados, dentro e fora da área jurídica, sendo certo a que análise dos DAs é fundamental para a sua compreensão como fenômeno na era digital.

6. A exposição do estado da arte do objeto de pesquisa na literatura da dogmática anglo-saxã demonstrou a divergência entre os doutrinadores em torno de vários dos seus principais pontos: a) das definições; b) as modalidades; c) das nomenclaturas; d) da qualificação jurídica; e) da natureza jurídica; f) da classificação. Foram expostas, dessa maneira, as insuficiências dos textos dogmáticos sobre o tema. Além disso, percebeu-se uma convergência nas opiniões dos autores sobre as características dos *digital assets*.

7. Tendo-se em conta o Direito Civil brasileiro, são propostos os seguintes entendimentos de cunho doutrinário em relação ao fenômeno dos DAs. De ordem terminológica - dois termos devem ser adotados para fazerem referência aos *digital assets*: a) patrimônio digital – observa-se aqui o objeto, de forma ampla, incluindo todas as relações jurídicas decorrentes deles, bem como dos próprios *digital assets* em si; b) bens digitais – considera-se o objeto singularmente, defende-se o emprego deste termo em decorrência de sua característica maior, qual seja, a sua imaterialidade.

8. Já a respeito da definição, adotou-se a seguinte posição: os bens digitais se constituem somente nos arquivos digitalizados, ou melhor, dispostos em formato eletrônico. Quanto à qualificação jurídica, no âmbito civil brasileiro, defende-se que os DAs correspondem à figura jurídica dos bens, devendo necessariamente apresentar as características da imaterialidade e da digitalização. Por fim, entende-se que as listas de *digital assets* são meramente exemplificativas.

9. Na análise da proteção dos bens digitais, foi feito um recorte epistemológico nesta dissertação, reduzindo o objeto em análise somente para aqueles relativos aos direitos de personalidade.

10. Em função da vulnerabilidade das pessoas na Sociedade da Informação, os *digital assets* merecem uma proteção plural de várias ordens, como a criação de uma

Autoridade Garante, de arquiteturas de controle ou de soluções de mercado, em termos exemplificativos.

11. O Direito possui a capacidade de tutelar os bens digitais. No entender desta pesquisa, constatou-se-se que, na esfera civil brasileira, a sistemática jurídica dos direitos de personalidade possui mecanismos próprios de defesa suficientes para proteger os *digital assets* mais sensíveis às pessoas, sem desconsiderar o auxílio de outros institutos de outros ramos jurídicos.

REFERÊNCIAS

Artigos em periódicos científicos

AMARAL, Francisco. O direito civil na pós-modernidade. *Revista brasileira de direito comparado*: publicação semestral do Instituto de Direito Comparado Luso-Brasileiro, Rio de Janeiro, v. 21, p. 3-20, 2º semestre 2001.

ANDERSON, Rex M. Digital assets in estates. *Arizona attorney magazine*, v. 49, n. 7, p. 44-45, Mar. 2013.

ARAGÃO, Alexandra. Desmaterialização: uma mudança de paradigma? *Revista CEDOUA*, Universidade de Coimbra, v. 1, n. 29, ano XV, p. 161-172, 2012.

ASCENSÃO, José de Oliveira. O direito civil como o direito comum do homem comum. *Revista do Instituto do Direito Brasileiro*, Lisboa, v. 1, n. 1, p. 45-57, 2012.

AZEVEDO, Antonio Junqueira de. Caracterização jurídica da dignidade da pessoa humana. *Revista USP*, São Paulo, v. 53, p. 90-101, mar./mai. 2002.

BĂBEANU, Delia; GAVRILĂ, Alexandru Adrian; MAREȘ, Valeriva. Strategic outlines: between value and digital assets management. *Annales Universitatis Apulensis Series Oeconomica*, v. 1, n. 11, p. 318-324, 2009.

BANSAL, Alka et al. Introduction to cloud computing. *International Journal of Computers and Technology*, v. 13, n. 8, p. 4747-4752, June 2014.

BIJKER, Wiebe E. How is technology made? – That is the question! *Cambridge Journal of Economics*, v. 34, n. 1, p. 63-76, 2010.

BOFF, Salete Oro; FORTES, Vinícius Borges. A privacidade e a proteção dos dados pessoais no ciberespaço como um direito fundamental: perspectivas de construção de um marco regulatório para o Brasil. *Revista Seqüência*, v. 68, p. 109-127, jun. 2014.

BORDEN, Matt. Covering your digital assets: why the Stored Communications Act stands in the way of digital inheritance. *Ohio State Law Journal*, v. 75, n. 2, p. 405-446, 2014.

CAHN, Naomi. Postmortem life on-line. *Probate & Property*, v. 25, n. 4, p. 36-39, July/Aug. 2011.

CAVALCANTE, Lídia Eugenia. Patrimônio digital e informação: política, cultura e diversidade. *Revista Encontros Bibli*, v. 12, n. 23, p. 152-170, 2007.

CONNER, John. Digital life after death: the issue of planning for a person's digital assets after death. *Estate planning and community property law journal*, v. 3, n. 2, p. 301-322, spring 2011.

CORDEIRO, António Menezes. Os direitos de personalidade na civilistica portuguesa. *Revista da Ordem dos Advogados*. Lisboa, v. 61, n. 3, p. 1229-1256, dez. 2001.

DARROW, Jonathan J.; FERRERA, Gerald R. Who owns a decedent's e-mails: inheritable probate assets or property of the network. *New York University Journal of Legislation and Public Policy*, v. 10, n. 2, p. 281-320, 2007.

DEKKER, R.; HOOG, R. de. The monetary value of knowledge assets: a micro approach. *Expert Systems with Applications*, v. 18, n. 2, p. 111-124, Feb. 2000.

DESAI, Deven R. Property, persona, and preservation. *Temple Law Review*, v. 81, n. 1, p. 67-122, spring 2008.

DOUGHERTY, William C. Preservation of digital assets: one approach. *The Journal of Academic Librarianship*, v. 35, n. 6, p. 599-602, Nov. 2009.

DUMITRESCU, Adriana-Sofia. Intangible assets: are these resources sufficiently visible and properly controlled? *Accounting and Management Information Systems*, v. 11, n. 4, p. 545-563, 2012.

EDWARDS, Lilian; HARBINJA, Edina. Protecting post-mortem privacy: reconsidering the privacy interests of the deceased in a digital world. *Cardozo Arts & Entertainment Law Journal*, v. 32, n. 1, p. 83-130, 2013.

FACHIN, Luiz Edson. Sobre o projeto do Código Civil Brasileiro: crítica à racionalidade patrimonialista e conceitualista. *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*. Coimbra, v. 76, p. 129-151, 2000.

FAIRFIELD, Joshua A. T. Virtual property. *Boston University Law Review*, v. 85, p. 1047-1102, 2005.

FERRANTE, Rachael E. The relationship between digital assets and their transference at death: "it's complicated". *Loyola Journal of Public Interest Law*, v. 15, n. 1, p. 37-61, fall 2013.

FREEZE, Ronald D.; KULKARNI, Uday. Knowledge management capability: defining knowledge assets. *Journal of Knowledge Management*, v. 11, n. 6, p. 94-109, 2007.

GEIST, Michael A. The reality of bytes: regulating economic activity in the age of the internet. *Washington Law review*, v. 73, n. 3, p. 521-574, 1998.

HAMLETT, Patrick W. Technology theory and deliberative democracy. *Science, Technology, & Human Values*, v. 28, n. 1, p. 112-140, winter 2003.

HAWORTH, Samantha D. Laying your online self to rest: evaluating the Uniform Fiduciary Access to Digital Assets Act. *University of Miami Law Review*, v. 68, n. 2, p. 535-560, winter 2014.

HIRATA, Alessandro. O Facebook e o direito à privacidade. *Revista de Informação Legislativa*, v. 51, n. 201, p. 17-27, jan./mar. 2014.

HOPKINS, Jamie P. Afterlife in the cloud: managing a digital estate. *Hastings Science and Technology Journal*, v. 5, n. 2, p. 209-244, summer 2013.

JIMÉNEZ, Àngels. Digital asset management: la gestión de información multimedia en las organizaciones. *El profesional de la información*, v. 12, n. 6, p. 452-461, nov.-dic., 2003.

KAESTNER, Michael F. Sensible bytes: States need a new approach to justify their recruitment of internet data centers. *William & Mary Environmental Law and Policy Review*, v. 38, n. 3, p. 733-766, spring 2014.

KINEALY, Siobh. Night of the living data: estate law and the phenomenon of digital life after death. *Rutgers Business Law Review*, v. 11, p. 35-57, spring 2014.

KUTLER, Noam. Protecting your online you: a new approach to handling your online persona after death. *Berkeley Technology Law Journal*, v. 26, n. 4, p. 1641-1670, fall 2011.

LAMM, James D. et al. The digital death conundrum: how federal and state laws prevent fiduciaries from managing digital property. *University of Miami Law Review*, v. 68, n. 2, p. 385-420, 2014.

LE MOS, Patrícia Faga Iglecias. Consumo sustentável e desmaterialização no âmbito do direito brasileiro. *Revista CEDOUA*, Universidade de Coimbra, v. 1, n. 29, ano XV, p. 25-40, 2012.

LEONARDI, P. M; JACKSON, Michele H. Technological determinism and discursive closure in organizational mergers. *Journal of Organizational Change Management*, v. 17, n. 6, p. 615-631, 2004.

LIMA, Cíntia Rosa Pereira de. Direito ao esquecimento e internet: o fundamento legal no direito comunitário europeu, no direito italiano e no direito brasileiro. *Revista dos Tribunais*, v. 103, n. 946, p. 77-109, ago. 2014.

LIMBERGER, Têmis; BARRETO, Ricardo Menna. Ciberespaço e obstáculos 3-D. *Revista de direito do consumidor*, ano 20, v. 79, p. 101-120, jul./set. 2011.

LIPTON, Jacqueline. A revised 'property' concept for the new millenium? *International Journal of Law and Information Technology*, v. 7, n. 2, p. 171-190, 1999.

LUJÁN, José Luis; CERESO, José Antonio López. La dimensión social de la tecnología y el principio de precaución. *Política y Sociedad*, v. 40, n. 3, p. 53-60, 2003.

- MCCALLIG, Damien. Facebook after death: an evolving policy in a social network. *International Journal of Law and Information Technology*, v. 22, n. 2, p. 107-140, 2013.
- MCKINNON, Laura. Planning for the succession of digital assets. *Computer Law & Security Review*, v. 27, n. 4, p. 362-367, Aug. 2011.
- MORATO, Antonio Carlos. Quadro geral dos direitos da personalidade. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*, v. 106/107, p. 121-158, jan./dez. 2011/2012.
- O'DONOGHUE, Nathan; CROASDELL, David T. *Vine: the Journal of Information and Knowledge Management Systems*, v. 39, n. 4, p. 298-318, 2009.
- PALFREY, John; GASSER, Urs. Reclaiming an awkward term: what we might learn from "digital natives. *A Journal of Law and Policy for the Information Society*, v. 7, n. 1, p. 33-56, 2011.
- PEREZ, Marcelo Monteiro; FAMÁ, Rubens. Ativos intangíveis e o desempenho empresarial. *Revista Contabilidade & Finanças*, v. 17, n. 40, p. 7-24, 2006.
- PERRONE, Maria. What happens when we die: estate planning of digital assets. *CommLaw Conspectus: Journal of Communications Law and Policy*, v. 21, n. 1, p. 185-210, 2012.
- PHAM, Cindy. E-discovery in the cloud era: what's a litigant to do? *Hastings Science & Technology Law Journal*, v. 5, n. 1, p. 139-190, Winter 2013.
- PHELPS, Charles. More inheritable rights for digital assets. *Rutgers Law Record*, v. 41, p. 131-153, 2013-2014.
- PINTO, Paulo Cardoso Correia da Mota. Os direito de personalidade no Código Civil de Macau. *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*. Coimbra, v. 76, p. 205-250, 2000.
- PIRES, Sara Moreno. Medir a Desmaterialização e o Desenvolvimento Sustentável: os Indicadores e os seus Dilemas. *Revista CEDOUA*, Universidade de Coimbra, v. 1, n. 29, ano XV, p. 11-24, 2012.
- PRENSKY, Marc. Digital natives, digital immigrants, part 1. *On the Horizon*, v. 9, n. 5, p. 1-6, Oct. 2001.
- RAY, Chelsea. 'Til death do us apart: a proposal for handling digital assets after death. *Real property, trust and Estate Law Journal*, v. 47, n. 3, p. 583-615, winter 2013.
- RECALDE, Marina Yesica; GUZOWSKI, Carina. ZILIO, Mariana Ines. Are modern economies following a sustainable energy consumption path? *Energy for Sustainable Development*, v. 19, p.151-161, Apr. 2014.

RODRIGUES, Francisco Luciano Lima. O direito ao patrimônio cultural preservado: um direito e uma garantia fundamental. *Pensar*, Fortaleza, v. 12, p. 52-61, 2007.

RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz. Estatuto epistemológico do Direito civil contemporâneo na tradição de civil law em face do neoconstitucionalismo e dos princípios. *O Direito*, v. 143, n. 2, p. 43-66, 2011.

ROY, Michael D. Beyond the digital asset dilemma: Will online services revolutionize estate planning. *Quinnipiac Probate Law Journal*, v. 24, n. 4, p. 376-417, 2011.

SĂCUI, Violeta; SALA, Diana. Economic properties of intangible assets. The value paradox. *Review of International Comparative Management*, v. 13, n. 5, p. 793-803, Dec. 2012.

SANCHEZ, Otavio Prospero; CAPPELLOZZA, Alexandre. Antecedentes da adoção da computação em nuvem: efeitos da infraestrutura, investimento e porte. *Revista de Administração Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 5, p. 646-663, set./out. 2012.

SHERRY, Kristina. What happens to our Facebook accounts when we die – probate versus policy and the fate of social-media assets postmortem. *Pepperdine Law Review*, v. 40, n. 1, p. 185-250, Dec. 2012.

STEINBERGER, Julia K. et al. Development and dematerialization: an international study. *PLoS ONE*, v. 8, n. 10, p. 1-11, Oct. 2013. doi: 10.1371/journal.pone.0070385.

STUTTS, Emily. Will your digital music and e-books libraries “die hard” with you?: transferring digital music and e-books upon death. *SMU Science & Technology Law Review*, v. 16, n. 2, p. 371-408, fall 2013.

TARNEY, Tyler G. A call for legislation to permit the transfer of digital assets at death. *Capital University Law Review*, v. 40, n. 3, p. 773-802, summer 2012.

THOMPSON, Marcelo. Marco civil ou demarcação de direitos? Democracia, razoabilidade e as fendas na internet do Brasil. *Revista de Direito Administrativo*, Rio de Janeiro, v. 261, p. 203-251, set./dez. 2012.

TOYGAR, A.; ROHM, C. E. T.; ZHU, J. A new asset type: digital assets. *International Information Management Association*, v. 22, n. 4, p. 113-119, 2013.

VARNADO, Sandi S. Your digital footprint left behind at death: an illustration of technology leaving the law behind. *Louisiana Law Review*, v. 74, n. 3, p. 719-775, spring 2014.

WALSH, Suzanne Brown. Coming soon to a legislature near you: comprehensive state law governing fiduciary access to digital assets. *Charleston School of Law*, v. 8, n. 3, p. 429-450, spring 2014.

WANG, Fei-Yue et al. Social computing: from social informatics to social intelligence. *IEEE Intelligent Systems*, v. 22, issue 2, p. 79-83, Mar./Apr. 2007.

WATKINGS, Ashley F. Digital properties and death: what will your heirs have access to after you die? *Buffalo Law Review*, v. 62, n. 1, p. 193-235, Jan. 2014.

XIBERRAS, Martine. Internautas: inteligências coletivas na cibercultura. Tradução de Roberta Barros. *Revista FAMECOS*, Porto Alegre, v. 17, n. 3, p. 253-265, set./dez., 2010.

ZUFFO, Marcelo Knörich et al. A computação em nuvem na Universidade de São Paulo. *Revista USP*, São Paulo, v. 97, p. 9-18, mar./abr./mai. 2013.

Artigos de revistas

CORONATO, Marcos; BARIFOUSE, Rafael; ROCHA, Marcelo. Dilemas digitais. *Revista Época*, São Paulo, n. 790, p. 24-30, 15 de julho de 2013.

COSTA, Antonio Luiz M. C. Vexame de primeiro mundo. *Revista Carta Capital*, São Paulo, n. 756, ano XVIII, p. 24-29, 10 de julho de 2013.

LEMOS, Ronaldo. Salvem a memória do Orkut. *Revista Trip*, São Paulo, n. 205, p. 144, 24 de novembro de 2011.

PETRY, André; VILICIC, Filipe. O berço do big data. *Revista Veja*, São Paulo, n. 20, p. 70-76, 15 de maio de 2013.

Artigos e outros textos em meio eletrônico

ACCENTURE. Warner Bros.: o futuro do gerenciamento de ativos digitais nos negócios de mídia e entretenimento. Disponível em: <<http://www.concadia.com.br/br-pt/Pages/success-warner-bros-digital-asset-management.aspx>>. Acesso em: 13 dez. 2014. [sem paginação].

AGÊNCIA FAPESP. Lei de Moore ganha novo fôlego. *Agência FAPESP*, 21 fev. 2006. Disponível em: <http://agencia.fapesp.br/lei_de_moore_ganha_novo_folego/5101/>. Acesso em: 26 nov. 2014. [sem paginação].

ATOPOS. Coordenação de Massimo Di Felice. Centro de Pesquisa Internacional (ECA/USP). Disponível em: <<http://www.atopos.usp.br/>>. Acesso em: 14 abr. 2014. [sem paginação].

BACK UP. DON'T SMASH UP – Mozy asks how much your home computer is worth. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7l0p0oS_42Q>. Acesso em: 20 dez. 2014. [sem paginação].

BERCITO, Diogo. O que foi a primavera árabe? *Folha de São Paulo*, Mundialíssimo. São Paulo, 28 out. 2014. Disponível em: <<http://mundialissimo.blogfolha.uol.com.br/2014/10/28/o-que-foi-a-primavera-arabe/>>. Acesso em: 15 nov. 2014. [sem paginação].

BEYER, Gerry W.; CAHN, Naomi. When you pass on, don't leave the passwords behind. *Probate & Property: a Publication of the Real Property, Trust and Estate Law Section – American bar association*, vol. 26, n. 1, p. 41-43, janeiro/fevereiro 2012. Disponível em: <http://www.americanbar.org/publications/probate_property_magazine_2012/2012/january_february_2012/article_beyer_cahn_planning_for_digital_assets.html>. Acesso em: 15 abril 2013.

_____; NIPP, Kerri G. Estate Planning for Digital Assets. *Estate Planning Developments for Texas Professionals*, abr. 2011, p. 1-10. *Social Science Research Network: tomorrow's research today*. Disponível em: <<http://ssrn.com/abstract=1781483>>. Acesso em: 27 março 2014.

BERNERS-LEE, Tim. Information Management: A Proposal. In: W3 archive 1990. Disponível em: <<http://www.w3.org/History/1989/proposal.html>>. Acesso em: 08 set. 2014. [sem paginação].

CERN. About CERN. Disponível em: <<http://home.web.cern.ch/about>>. Acesso em: 10 set. 2014. [sem paginação].

_____. Topic. The birth of the web: where the web was born. Disponível em: <<http://home.web.cern.ch/about/topics/birth-web/where-web-was-born>>. Acesso em: 08 set. 2014. [sem paginação].

EDWARDS, Lilian; HARBINJA, Edina. 'What Happens to My Facebook Profile When I Die?': Legal Issues Around Transmission of Digital Assets on Death. *Social Science Research Network: tomorrow's research today*, p. 1-22. Disponível em: <<http://ssrn.com/abstract=2222163>>. Acesso em: 27 mar. 2014.

ERICSSON CONSUMERLAB – THE VOICE OF THE CONSUMER. Disponível em <<http://www.ericsson.com/thinkingahead/consumerlab>>. Acesso em 27 mai. 2013. [sem paginação].

ESTUDO revela valor dos ativos digitais do brasileiro. *Canal Executivo 10 anos*, São Paulo, 17 set. 2012. Disponível em: <<http://www2.uol.com.br/canalexecutivo/notas121/1709201210.htm>>. Acesso em: 28 jun. 2013. [sem paginação].

FACEBOOK. Declaração de direitos e responsabilidades. Disponível em: <<https://www.facebook.com/legal/terms>>. Acesso em: 20 dez. 201. [sem paginação].

FMU. Apresentação do curso de Mestrado em Direito da Sociedade da Informação. Disponível em: <<http://portal.fmu.br/mestrado/direito/>>. Acesso em: 13 dez. 2014. [sem paginação].

FUNNY OR DIE. About. Disponível em: <<http://www.funnyordie.com/about>> Acesso em: 23 nov. 2014. [sem paginação].

GOOGLE anuncia fim do Orkut, primeira rede social dos brasileiros. *Revista Veja*, São Paulo, 30 junho 2014. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/vida-digital/google-anuncia-fim-do-orkut-primeira-rede-social-dos-brasileiros>>. Acesso em: 21 dez. 2014. [sem paginação].

IBGE: METADE dos brasileiros teve acesso a [sic] internet em 2013. Portal Brasil, Brasília, 19 setembro 2014. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2014/09/ibge-metade-dos-brasileiros-teve-acesso-a-internet-em-2013>> Acesso em: 14 nov. 2014. [sem paginação].

INTERNET WORLD STATS: Top 20 countries with the highest number of internet users. Miniwatts Marketing Group, Bogotá, 31 dec. 2013. Disponível em: <<http://www.internetworldstats.com/top20.htm>> Acesso em: 15 nov. 2014. [sem paginação].

LAMM, Jim. August 2013 List of State Laws and proposals regarding fiduciary access to digital property during incapacity or after death. Digital passing: estate planning for passwords and digital property, Minneapolis, Aug. 2013. Disponível em: <<http://perma.cc/K5GZ-HE26>> Acesso em: 20 out. 2014. [document em meio eletrônicos sem paginação].

LEINER, Barry M. et al. *Brief history of the internet*. Disponível em: <<http://www.internetsociety.org/internet/what-internet/history-internet/brief-history-internet>>. Acesso em: 01 abr. 2013.

MCAFEE: McAfee revela que o usuário mediano da internet possui mais de \$37.000 dólares em digital assets desprotegidos. Disponível em: <<http://www.mcafee.com/in/about/news/2011/q3/20110927-01.aspx>> Acesso em: 20 Nov. 2014. [sem paginação].

NUI GALWAY, SCHOOL OF LAW. Pesquisas dos alunos de PhD: Sr. Damien McCallig. Disponível em: <<http://www.nuigalway.ie/business-public-policy-law/school-of-law/research/phdstudents/damienmccallig/>> Acesso em: 02 Oct. 2014.

O TRIBUNAL de Justiça declara inválida a diretiva sobre a conservação de dados. *Tribunal de Justiça da União Europeia*, Luxemburgo, 8 abril 2014. Disponível em: <<http://curia.europa.eu/jcms/upload/docs/application/pdf/2014-04/cp140054pt.pdf>>. Acesso em: 27 dez. 2014.

RKCSI. Rob Kling Center for Social Informatics. *Apresenta textos sobre a Informática Social*. Disponível em: <<http://rkcsi.indiana.edu/socialinformatics.html>>. Acesso em: 18 Aug. 2014.

ROBIN, Christian. Numérisation du livre, quelle influence sur le contenu? *Communication et languages*, n° 145, 3ème trimestre, p. 69-80, sept. 2005. Disponível em: http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/colan_0336-1500_2005_num_145_1_3358. Acesso em: 12 ago. 2014.

PORTA DOS FUNDOS. Sobre a Porta dos Fundos. Disponível em: <<http://www.portadosfundos.com.br/sobre/>>. Acesso em: 23 nov. 2014. [sem paginação].

REED, Chris. Information ‘ownership’ in the cloud. *Queen Mary School of Law Legal Studies Research Paper n. 45/2010*, p. 1-21. Disponível em <<http://ssrn.com/abstract=1562461>>. Acesso em: 20 Nov. 2014.

SCOTTISH referendum: Scotland votes ‘No’ to independence. *BBC News Scotland*, 19 Sept. 2014. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/uk-scotland-29270441>>. Acesso em: 24 Nov. 2014. [sem paginação].

SONDA IT. Cuidando de seus ativos digitais. Disponível em: <<http://www.sondait.com.br/noticias/cuidando-de-seus-ativos-digitais/>>. Acesso em: 13 dez. 2014. [sem paginação].

STF. Cooperação Internacional. Apresenta texto sobre a Justiça na era virtual. Disponível em <http://www2.stf.jus.br/portalStfInternacional/cms/verConteudo.php?sigla=portalStfCooperacao_pt_br&idConteudo=190769&modo=cms> Acesso em: 18 nov. 2014. [sem paginação].

TIINSIDE web inside. HP anuncia nova solução para gerenciamento de ativos digitais. Disponível em: <http://convergecom.com.br/tiinside/webinside/22/04/2014/hp-anuncia-nova-solucao-para-gerenciamento-de-ativos-digitais/#.V1zbKCvF_Cs>. Acesso em: 13 dez. 2014. [sem paginação].

VALLE, Patricia. O humor do Porta dos Fundos vai virar negócio sério. *Revista Exame*, São Paulo, 08 out. 2014. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/1075/noticias/a-zocira-virou-negocio>>. Acesso em: 23 nov. 2014. [sem paginação].

WIKIPÉDIA. *Apresenta texto sobre ativo digital*. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ativo_digital> Acesso em: 13 dez. 2014. [sem paginação].

_____. *Apresenta texto sobre exabyte*. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Exabyte>> Acesso em: 29 dez. 2014. [sem paginação].

_____. *Apresenta texto sobre petabyte*. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Petabyte>> Acesso em: 29 dez. 2014. [sem paginação].

ULC. Uniform Law Commission. Sobre a ULC. Disponível em <
<http://www.uniformlawcommission.com/Narrative.aspx?title=About%20the%20ULC>>.
 Acesso em: 17 Oct. 2014.

_____. Uniform Law Commission. Apresenta as legislações relacionadas ao *Fiduciary Access to Digital Assets*. Disponível em <
<http://www.uniformlaws.org/Legislation.aspx?title=Fiduciary%20Access%20to%20Digital%20Assets>> Acesso em: 20 Oct. 2014.

_____. Uniform Law Commission. Notícia sobre o 123º Encontro Nacional da Uniform Law Commission (ULC) em Seattle, Washington. Disponível em <
<http://www.uniformlaws.org/NewsDetail.aspx?title=Uniform%20Law%20Commission%20Wraps%20Up%20123rd%20Annual%20Meeting>> Acesso em: 21 Oct. 2014.

UNESCO. Comunicación e Información: el patrimonio digital. Disponível em: <
<http://www.unesco.org/new/es/communication-and-information/access-to-knowledge/preservation-of-documentary-heritage/digital-heritage/>> Acesso em: 16 dez. 2014. [sem paginação].

UNIVERSITY OF STRATHCLYDE, HUMANITIES & SOCIAL SCIENCES. Alunos atuais de PhD. Disponível em:
<http://www.strath.ac.uk/internetlaw/staffandassociates/currentphdstudents/>. Acesso em: 02 Oct. 2014. [sem paginação].

Capítulos de livros

ABRUSIO, Juliana. As fragilidades da estrutura informacional da rede e as formas de manipular o sistema dos provedores de buscas da internet. In: MASSO, Fabiano Del; ABRUSIO, Juliana; FLORÊNCIO FILHO, Marco Aurélio (Coords). *Marco civil da internet: lei 12.965/2014*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014, p. 83-96.

ALMEIDA, Luiz Antônio Freitas de. Violação do direito à honra no mundo virtual: a (ir)responsabilidade civil dos prestadores de serviço da Internet por fato de terceiros. In: MIRANDA, Jorge; RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz; FRUET, Gustavo Bonato (Orgs). *Direitos da personalidade*. São Paulo: Atlas, 2012, p. 226-280.

ASCENSÃO, José de Oliveira. O direito da internete [sic] em Portugal e no Brasil In: _____ (Coord.). *Direito da sociedade da informação e direito de autor*. Coimbra: Coimbra Editora, 2012, p. 101-126. 10 v.

AZEVEDO, Antonio Junqueira de. O espírito de compromisso do direito das sucessões perante as exigências individualistas de autonomia da vontade e as supra-individualistas da família. Herdeiro e legatário. In: _____. *Estudos e pareceres de direito privado*. São Paulo: Saraiva, 2004. Cap. VII, p. 336-344.

BEATRIZ, Celina. Os direitos humanos e o exercício da cidadania em meios digitais. In: LEITE, George Salomão; LEMOS, Ronaldo (Coords.). *Marco civil da internet*. São Paulo: Atlas, 2014, p. 66-78.

BENNETT, Colin J.; PARSONS, Christopher. Privacy and surveillance: the multidisciplinary literature on the capture, use, and disclosure of personal information in cyberspace. In: DUTTON, William H. (Ed.) *The Oxford handbook of internet studies*. Croydon: Oxford University Press, 2013, p. 486-508.

BITTAR, Eduardo C. B. A crise financeira global e os desafios para a cultura dos direitos humanos: ensaio sobre as condições econômicas da dignidade humana. In: _____. *Democracia, justiça e direitos humanos: estudos de teoria crítica e filosofia do direito*. São Paulo: Saraiva, 2011. Cap. 1, p. 17-38.

_____. O intelectual na sociedade da informação: ensaio sobre subjetividade, conhecimento e comunicação. In: _____. *Democracia, justiça e direitos humanos: estudos de teoria crítica e filosofia do direito*. São Paulo: Saraiva, 2011. Cap. 7. p. 150-168.

BOLC, Leonard; MAKOWSKI, Marek; WIERZBICKI, Adam. Preface. In: BOLC, Leonard; MAKOWSKI, Marek; WIERZBICKI, Adam (Eds.). *Social informatics: second international conference, SocInfo 2010, Laxenburg, Austria, October 2010 proceedings*. Berlin: Springer, 2010, p. V-VII.

BROWN, Ian; EDWARDS, Lilian; MARSDEN, Chris. Information security and cybercrime. In: EDWARDS, Lilian; WAELDE, Charlotte (eds.). *Law and the internet*. 3rd ed. Oxford: Hart Publishing, 2009, p. 671-692.

CAREY, Robert; BURKELL, Jacquelyn. A heuristics approach to understand privacy-protecting behaviors in digital social environments. In: KERR, Ian; STEEVES, Valerie; LUCOCK, Carole (Eds.). *Lessons from the identity trail: anonymity, privacy and identity in a network society*. New York: Oxford University Press, 2009, l. 915-1109. Documento em formato eBook (Kindle).

CARVALHO, Paulo de Barros. Prefácio. In: ARAUJO, Clarice Von Oertzen de. *Semiótica do direito*. São Paulo: Quartier Latin, 2005.

COELHO, Helder. A agenda digital europeia. In: ASCENSÃO, José de Oliveira (Coord.). *Direito da sociedade da informação e direito de autor*. Coimbra: Coimbra, 2012, p. 59-76. 10 v.

COSTA, Carlos Irineu da. Glossário. In: LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Ed. 34, 1999, p. 261-269.

COSTA, José Eduardo da. Dos bens. In: LOTUFO, Renan; NANNI, Giovanni Ettore (Coords.). *Teoria geral do direito civil*. São Paulo: Atlas, 2008, p. 365-383.

DE LUCCA, Newton. A proteção dos consumidores no âmbito da internet. In: LIMA, Cíntia Rosa Pereira de; NUNES, Lyda Neves Bastos Telles (Coord.). *Estudos avançados de direito digital*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014, p. 91-103.

_____. Prefácio. In: LEONARDI, Marcel. *Tutela e Privacidade na Internet*. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 11-21.

DE MATTIA, Fábio Maria. Direitos da personalidade: aspectos gerais. In: CHAVES, Antônio (Coord.). *Estudos de direito civil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1979, p. 99-124.

ELLISON, Nicole B.; BOYD, Danah M. Sociality through social network sites. In: DUTTON, William H. (Ed.) *The Oxford handbook of internet studies*. Croydon: Oxford University Press, 2013, p. 151-172.

ELTON, Martin C. J.; CAREY, John. The prehistory of the internet and its traces in the present: implications for defining the Field. In: DUTTON, William H. (Ed.) *The Oxford handbook of internet studies*. Croydon: Oxford University Press, 2013, p. 27-47.

FACHIN, Luiz Edson. Transformações do direito civil contemporâneo. In: RAMOS, Carmem Lucia Silveira et al. (Org.). *Diálogos sobre direito civil*. Rio de Janeiro: Renovar, 2002, p. 41-46.

FINOCCHIARO, Giusella. Anonymity and the Law in Italy. In: KERR, Ian; STEEVES, Valerie; LUCOCK, Carole (Eds.). *Lessons from the identity trail: anonymity, privacy and identity in a network society*. New York: Oxford University Press, 2009, l. 6246-6425. Documento em formato eBook (Kindle).

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. Fundamentos constitucionais do meio @mbiente digit@l na sociedade da informação. In: PAESANI, Liliana Minardi (Coord.). *O direito na sociedade da informação III*. São Paulo: Atlas, 2013.

FLORENCIO, Juliana Abrusio. Direito ao esquecimento na internet. In: MESSA, Ana Flávia; THEOPHILO NETO, Nuncio; THEOPHILO JUNIOR, Roque (Coords.) *Sustentabilidade ambiental e os novos desafios na era digital: estudos em homenagem a Benedito Guimarães Aguiar Neto*. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 203-220.

FLORENCIO FILHO, Marco Aurélio. Crimes eletrônicos e a legislação brasileira. In: MESSA, Ana Flávia; THEOPHILO NETO, Nuncio; THEOPHILO JUNIOR, Roque (Coords.) *Sustentabilidade ambiental e os novos desafios na era digital: estudos em homenagem a Benedito Guimarães Aguiar Neto*. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 161-177.

GETSCHKO, Demi. As origens do marco civil da internet. In: LEITE, George Salomão; LEMOS, Ronaldo (Coords.). *Marco civil da internet*. São Paulo: Atlas, 2014, p. 12-17.

HAND, John; LEV, Baruch. Introduction and overview. In: _____ (Eds.). *Intangible assets: values, measures, and risks*. New York: Oxford University Press, 2011, p. 1-16.

HARGITTAI, Eszter; HSIEH, Yuli Patrick. Digital inequality. In: DUTTON, William H. (Ed.) *The Oxford handbook of internet studies*. Croydon: Oxford University Press, 2013, p. 129-150.

LEMOS, André. Os sentidos da tecnologia: cibercultura e ciberdemocracia. In: _____; LÉVY, Pierre. *O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia*. São Paulo: Paulus, 2010, p. 21-31.

LÉVY, Pierre. Prefácio à edição brasileira: a mutação inacabada da esfera pública. In: LEMOS, André; _____. *O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia*. São Paulo: Paulus, 2010, p. 9-20.

LIMA, Cíntia Rosa Pereira de; VIANA, Rui Geraldo Camargo. Novas perspectivas sobre os direitos de personalidade. In: LIMA, Cíntia Rosa Pereira de; NUNES, Lydía Neves Bastos Telles (Coord.). *Estudos avançados de direito digital*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014, p. 213-228.

LOPEZ-TARRUELLA, Aurelio. Introduction: Google pushing the boundaries of Law. In: _____ (Ed.). *Google and the law: empirical approaches to legal aspects of knowledge-economy business models*. Information Technology and Law Series. IT&Law 22. The Hague: T.M.C. Asser Press, 2012. Cap. 1, l. 69-307. Documento em formato eBook (Kindle).

LOURENÇO, Cristina Sílvia Alves; GUEDES, Maurício Sullivan Balhe. A internet e o direito à exclusão definitiva de dados pessoais na experiência brasileira. In: LEITE, George Salomão; LEMOS, Ronaldo (Coord.). *Marco civil da internet*. São Paulo: Atlas, 2014, p. 559-573.

MAFFESOLI, Michel. Prefácio: as redes sociais da cibercultura pós-moderna. In: DI FELICE, Massimo; TORRES, Juliana Cutolo; YANAZE, Leandro Key Higuchi. *Redes digitais e sustentabilidade: as interações com o meio ambiente na era da informação*. São Paulo: Annablume, 2012, p. 10.

MARCACINI, Augusto Tavares Rosa. Documentos digitalizados: originais, cópias e a nova lei nº 12.682/2012. In: PAESANI, Liliana Minardi (Coord.). *O direito na sociedade da informação III: a evolução do direito digital*. São Paulo: Editora Atlas, 2013, p. 33-51.

MARGETTS, Helen. The internet and democracy. In: DUTTON, William H. (Ed.) *The Oxford handbook of internet studies*. Croydon: Oxford University Press, 2013, p. 421-437.

MARTINS, Guilherme Magalhães. O direito ao esquecimento na internet. In: MARTINS, Guilherme Magalhães (Coord.). *Direito privado e internet*. São Paulo: Editora Atlas, 2014, p. 3-28.

MAZUR, Maurício. A dicotomia entre os direitos de personalidade e os direitos fundamentais. In: MIRANDA, Jorge; RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz; FRUET, Gustavo Bonato (Orgs.). *Direitos da personalidade*. São Paulo: Atlas, 2012, p. 25-64.

MELCHIOR, Silvia Regina Barbuy. Neutralidade no direito brasileiro. In: MASSO, Fabiano Del; ABRUSIO, Juliana; FLORENCIO FILHO, Marco Aurélio (Coords.). *Marco civil da internet: lei 12.965/2014*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, p. 99-137.

MILLARD, Christopher; HON, W Kuan. Cloud technologies and services. In: _____ (Ed.). *Cloud computing law*. New York: Oxford University Press, 2013. Introdução: Cap. 1, l. 407-668. Documento em formato eBook (Kindle).

_____; _____. Control, security, and risk in the cloud. In: MILLARD, Christopher (Ed.). *Cloud computing law*. New York: Oxford University Press, 2013. Introdução: Cap. 2, l. 407-668. Documento em formato eBook (Kindle).

MIRANDA, Jorge; RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz; FRUET, Gustavo Bonato. Principais problemas dos direitos da personalidade e estado-da-arte da matéria no direito comparado. In: MIRANDA, Jorge; RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz; FRUET, Gustavo Bonato (Orgs.). *Direitos da personalidade*. São Paulo: Atlas, 2012. p. 1-23.

MORAES, Maria Celina Bodin de. O princípio da dignidade humana. In: _____ (Coord.). *Princípios do direito civil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Renovar, 2006, p. 1-60.

MORAES, Walter. Direito da personalidade: estado da matéria no Brasil. In: CHAVES, Antônio (Coord.). *Estudos de direito civil*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1979, p. 125-138.

MORAIS, Ruy Brito Nogueira Cabral de. As interferências do Marco Civil regulatório na tutela da dignidade da pessoa humana no meio ambiente digital. In: LEITE, George Salomão; LEMOS, Ronaldo (Coord.). *Marco civil da internet*. São Paulo: Atlas, 2014, p. 634-648.

MORATO, Antonio Carlos; MORAES, Rodrigo. Breve crônica dos riscos de uma lei criada sob o signo da hostilidade à criação intelectual. In: MASSO, Fabiano Del; ABRUSIO, Juliana; FLORENCIO FILHO, Marco Aurélio (Coords.). *Marco civil da internet: lei 12.965/2014*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014, p. 207-232.

NABETH, Thierry. Identity of Identity. In: RANNENBERG, Kai; ROYER, Denis; Deuker, André (Eds.). *The future of identity in the Information Society: Challenges and opportunities*. Berlin: Springer, 2009, p. 19-69.

NAKAMURA, Leonard. A trillion dollars a year in intangible investment and the new economy. In: HAND, John; LEV, Baruch (Eds.). *Intangible assets: values, measures, and risks*. New York: Oxford University Press, 2011, p. 19-47.

NOJIRI, Sergio. Direito e pós-modernidade: a questão da racionalidade da decisão judicial. In: BEÇAK, Rubens; VELASCO, Ignácio Maria Poveda (Orgs.). *O Direito e o futuro da pessoa: estudos em homenagem ao professor Antonio Junqueira de Azevedo*. São Paulo: Atlas, 2011, p. 87-106.

O'HARA, Kieron; HALL, Wendy. Web science. In: DUTTON, William H. (Ed.) *The Oxford handbook of internet studies*. Croydon: Oxford University Press, 2013, p. 48-68.

PELINO, Enrico. L'anonimato su internet. In: FINOCCHIARO, Giusella (a cura di). *Diritto all'anonimato: Anonimato, nome e identità personale*. Trattato di diritto commerciale e di diritto pubblico dell'economia, volume quarantottesimo. Padova: Cedam, 2008, p. 289-320.

POPP, Carlyle; PARODI, Ana Cecília. Dignidade humana, direitos da personalidade e patrimônio imaterial. In: GUNTHER, Luiz Eduardo; SANTOS, Willians Franklin Lira dos (Coords.). *Tutela dos direitos da personalidade na atividade empresarial*. Curitiba: Juruá Editora, 2009, p. 200-243.

QIU, Jack Linchuan. Network societies and internet studies: Rethinking time, space, and class. In: DUTTON, William H. (Ed.) *The Oxford handbook of internet studies*. Croydon: Oxford University Press, 2013, p. 109-128.

RANNENBERG, Kai et al. Glossary. In: _____; ROYER, Denis; Deuker, André (Eds.). *The future of identity in the Information Society: Challenges and opportunities*. Berlin: Springer, 2009, p. 501-508.

ROMER, Paul. The soft revolution: achieving growth by managing intangibles. In: HAND, John; LEV, Baruch (Eds.). *Intangible assets: values, measures, and risks*. New York: Oxford University Press, 2011, p. 63-94.

SANTOS, Coriolano Aurélio de Almeida Camargo. Reconhecimento da escala mundial da rede como fundamento do marco civil da internet. In: LEITE, George Salomão; LEMOS, Ronaldo (Coords.). *Marco civil da internet*. São Paulo: Atlas, 2014, p. 51-65.

SEETHAMRAJU, Chandrakanth. The relevance of trademarks. In: HAND, John; LEV, Baruch (Eds.). *Intangible assets: values, measures, and risks*. New York: Oxford University Press, 2011, p. 228-247.

SHAPIRO, Carl; VARIAN, Hal R. The information economy. In: HAND, John; LEV, Baruch (Eds.). *Intangible assets: values, measures, and risks*. Reprinted. New York: Oxford University Press, 2011, p. 48-62.

STRECK, Lenio Luiz. Apontamentos hermenêuticos sobre o marco civil regulatório da internet. In: LEITE, George Salomão; LEMOS, Ronaldo (Coords.). *Marco civil da internet*. São Paulo: Atlas, 2014, p. 333-345.

TAUBMAN, Antony. International governance and the internet. In: EDWARDS, Lilian; WAELDE, Charlotte (Eds.). *Law and the internet*. 3rd ed. Oxford: Hart Publishing, 2009, p. 3-44.

THELWALL, Mike. Society on the web. In: DUTTON, William H. (Ed.) *The Oxford handbook of internet studies*. Croydon: Oxford University Press, 2013, p. 69-85.

TOSI, Emilio. Introduzione alla seconda edizione. In: _____. *I problemi giuridici di internet dall'e-commerce all'e-business*. A cura di Emilio Tosi. 2a ed. aggiornata ed ampliata. Milano: Giuffrè, 2001, p. 1-10.

Congressos

DODEBEL, Vera. Patrimônio digital virtual: herança, documento e informação. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 26., 2008. Porto Seguro. *Anais...* São Paulo: Associação Brasileira de Antropologia, 2008, v. 1, p. 1-12.

Códigos comentados, dicionários, enciclopédias e tratados

CHINELLATO, Silmara J. Dos direitos da personalidade. In: MACHADO, Antônio Cláudio da Costa (Org.); _____ (Coord.). *Código civil interpretado: artigo por artigo, parágrafo por parágrafo*. 4 ed. Barueri, SP: Manole, 2011, p. 42-50.

DINIZ, Maria Helena. *Código civil anotado*. 16 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

_____. *Dicionário jurídico*. São Paulo: Saraiva, 1998. 1 v.

_____. *Dicionário jurídico*. São Paulo: Saraiva, 1998. 3 v.

GARNER, Bryan A. (Ed.). *Black's law dictionary*. 10th ed. Saint Paul (Minn.): West/Thomson Reuters, 2014.

Langenscheidt dicionário universal Francês: Francês- Português; Português-Francês. Berlim: Langenscheidt, 1987.

LAW, Jonathan; MARTIN, Elizabeth A. (Eds.). *A dictionary of Law*. 7th ed. Oxford: Oxford University Press, 2009.

LOTUFO, Renan. *Código civil comentado: parte geral (arts. 1º a 232)*. São Paulo: Saraiva, 2003. 1 v.

MACEDO, Silvio de. Bem. In: FRANÇA, R. Limongi (Coord.). *Enciclopédia saraiva do direito*. São Paulo: Saraiva, 1977, p. 394-397. 10 v.

MARTINS-COSTA, Judith. *Comentários ao novo código civil: do inadimplemento das obrigações*. Vol. V, tomo II. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

MCDANNALD, A. H. (editor in chief). *The encyclopedia Americana*. In thirty volumes. New York: Americana Corporation, 1945, p. 422. 2 v.

MELLO, Maria Chaves de. *Dicionário jurídico português-inglês – inglês-português. Portuguese-English – English-Portuguese – Law Dictionary*. 9 ed., revista, atualizada e ampliada. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2009.

MICHAELIS: moderno dicionário da língua portuguesa. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1998.

MIRANDA, Pontes de. *Tratado de direito privado: parte geral*. Tomo II: Bens. Fatos jurídicos. Atual. por Ovídio Rocha Barros Sandoval. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

_____. *Tratado de direito privado: parte especial*. Tomo VII. Direito de personalidade. Direito de família (existência e validade do casamento). Atualizado por Rosa Maria de Andrade Nery. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

MORAES, Walter. Coisa. In: FRANÇA, R. Limongi (Coord.). *Enciclopédia saraiva do direito*. São Paulo: Saraiva, 1977, p. 1-6. 16 v.

_____. Direito da personalidade. In: FRANÇA, R. Limongi (coord.). *Enciclopédia saraiva do direito*. São Paulo: Saraiva, 1977, p. 28-46. 26 v.

MORAWETZ, Victor. *A treatise on the law of private corporations*. 2 ed. Boston: Little, Brown, and Company, 1886. 1 vol.

NASCIMENTO, José Amado. Patrimônio. In: FRANÇA, R. Limongi (coord.). *Enciclopédia saraiva do direito*. Vol. 57. São Paulo: Saraiva, 1977, p. 263-268.

OPPÉ, A. S. *Wharton's Law lexicon: forming an epitome of the laws of England under statute and case law, and containing explanations of technical terms and phrases ancient, modern, and commercial, with selected titles relating to the Civil, Scots, and Indian law*. 14th edition. London: Stevens and sons, 1938.

PEARCE, David W. (ed.). *The MIT dictionary of modern economics*. 4th ed. Cambridge (Massachusetts): MIT, 1992.

RUTHERFORD, Donald. *Routledge dictionary of economics*. 2nd ed. London/New York: Routledge, 2002.

SAHM, Regina. Dos bens. In: MACHADO, Antônio Cláudio da Costa (Org.); CHINELLATO, Silmara Juny (Coord.). *Código civil interpretado: artigo por artigo, parágrafo por parágrafo*. 4 ed. Barueri, SP: Manole, 2011, p. 101-126.

SHUMAKER, Walter A.; LONGSDORF, George Foster. *The cyclopedic law dictionary: comprising the terms and phrases of American jurisprudence, including ancient and modern common law, international law, and numerous select titles from the civil law, the French and the Spanish law, etc., etc.* Chicago: Callaghan and Company, 1912.

STEPHEN, George. *The principles of commerce and commercial law: explained in a course of lectures delivered by Sir George Stephen, barrister-at-law*. London: John Crockford, 29, Essex Street, Strand, 1853.

STORY, Joseph. *Commentaries on the law of partnership, as a branch of commercial and maritime jurisprudence, with occasional illustrations from the civil and foreign law*. Boston: Little, Brown and Company, 1859.

The new encyclopaedia britannica: in 30 volumes. 15th edition. Chicago: Encyclopaedia Britannica, 2005. 1 v.

WEBSTER, Noah. *Webster's new twentieth century dictionary of the English language unabridged. Revised by the publisher's editorial staff under the supervision of Harold Whitehall*. Cleveland and New York: The world publishing company, 1952.

WEBSTER'S NEW WORLD COLLEGE DICTIONARY. 5th ed. New York: Houghton Mifflin Harcourt, 2014.

VICTORINO, Luanda Garibotti. *Glossário jurídico: inglês, português, português, inglês*. Barueri, SP: DISAL, 2009.

Dissertações e teses

CATAPANI, Márcio Ferro. *O mercado de títulos públicos: desmaterialização e circulação*. 433 f. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

GOGLIANO, Daisy. *Direitos privados da personalidade*. 426 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

GONÇALVES, Victor Hugo Pereira. *Inclusão digital como direito fundamental*. 135 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

LAIDLAW, Emily B. *Internet gatekeepers, human rights and corporate social responsibilities*. 304 f. Thesis (Doctor of Philosophy) – Law Department, London School of Economics and Political Science, University of London, London, 2012.

LAMHA, Aline. *Sobreintegração e subintegração no desenvolvimento da sociedade informacional: problemas e perspectivas*. 157 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

LIMA; Cíntia Rosa Pereira de. *Validade e obrigatoriedade dos contratos de adesão eletrônicos (Shrink-Wrap e Click-Wrap): um estudo comparado entre Brasil e Canadá*. 637

f. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2009.

LOPES, LEONOR Mendes Salgado. *O papel do papel face à tecnologia digital*. 57 f. Dissertação (Mestrado em Informação, Comunicação e Novos Media) – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2010.

MARTINS-COSTA, Judith. *Pessoa, personalidade, dignidade (ensaio de uma qualificação)*. 273 f. Tese de Livre-Docência (Livre-Docência) - Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2003.

OLCESE, Tomás. *Formação histórica da real property law inglesa: tenures, estates, equity & trusts*. 186 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2012.

OOSTVEEN, Anne-Marie. *Context matters: a social informatics perspective on the design and implications of large-scale e-government systems*. 232 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Ciências Sociais e do Comportamento da Universidade de Amsterdã, 2007.

SILVA, Eduardo Silva da. *Segurança na sociedade da informação: uma visão desde a autonomia privada*. 176 f. Tese (Doutorado em Direito) – Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

SILVA, Andreia Margarida Ferreira da. *Recursos informacionais para a desmaterialização da gestão documental em autarquias*. 82 f. (Mestrado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-graduação em Engenharia Informática da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Porto, 2012.

Documentos sonoros

GILBERTO, Gil. Queremos saber. Intérprete: Cássia Eller. In: *Acústico MTV Cássia Eller*. [S.I.]. Universal Music, 2001. 1 CD. Faixa 9.

E-mails

WALSH, Suzanne Brown (Chair). *Uniform Fiduciary Access to Digital Assets Act: Final Reading*. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida pelo Committee of the Whole, 2014 ULC Annual Meeting, Seattle em 27 mai. 2014, p. 1-4. Disponível em: <http://www.uniformlaws.org/shared/docs/Fiduciary%20Access%20to%20Digital%20Assets/2014am_ufadaa_issues%20memo.pdf>. Acesso em : 08 out. 2014.

Enunciados

BRASIL. Conselho da Justiça Federal. *Enunciado 274*. Os direitos da personalidade, regulados de maneira não-exaustiva pelo Código Civil, são expressões da cláusula geral de tutela da pessoa humana, contida no art. 1º, inc. III, da Constituição (princípio da dignidade da pessoa humana). Em caso de colisão entre eles, como nenhum pode sobrelevar os demais, deve-se aplicar a técnica da ponderação. Disponível em: <<http://www.cjf.jus.br/enunciados/enunciado/219>>. Acesso em: 28 dez. 2014.

_____. Conselho da Justiça Federal. *Enunciado 531*. A tutela da dignidade da pessoa na sociedade da informação inclui o direito ao esquecimento. Disponível em: <<http://www.cjf.jus.br/enunciados/enunciado/142>>. Acesso em: 28 dez. 2014.

Jurisprudência

Estrangeira

[2012] EWHC 2952 (TCC).

In re Ellsworth, No. 2005-296,651-DE Oakland Co. Michigan Probate Court 2005.

Oxford v Moss [1979] 68 Cr App. R 183.

Nacional

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. PROCESSUAL CIVIL. ORKUT. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. BLOQUEIO DE COMUNIDADES. OMISSÃO. NÃO-OCORRÊNCIA. INTERNET E DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. *ASTREINTES*. ART. 461, §§ 1º e 6º. DO CPC. INEXISTÊNCIA DE OFENSA. RECURSO ESPECIAL. n. 1.117.63 – RO (2009/0026654-2). Recorrente: Google Brasil Internet Ltda. Recorrido: Ministério Público do Estado de Rondônia. Relator Ministro Herman Benjamin. Brasília, 9 de março de 2010. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?tipo_visualizacao=null&livre=personalidade+e+direitos+e+orkut&b=ACOR&thesaurus=JURIDICO>. Acesso em: 15 dez. 2014.

BRASIL: Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. *AGRAVO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER*. Indeferimento da tutela antecipada, consistente em retirar do domínio eletrônico da requerida página em que é veiculada informação que a autora considera ofensiva. Inconformismo. Acolhimento. Presentes os requisitos autorizadores dessa concessão. Violação à reputação da agravante amparada pelo anonimato, o qual é vedado pela Constituição Federal. Ofensa à imagem da autora. Determinação de remoção do blog, com informação sobre o responsável pela postagem. Decisão reformada. Recurso provido, nos termos do art. 557, § 1º-A, do CPC. AGRADO n. 2027485-87.2013.8.26.0000. 3ª Câmara de Direito Privado. Agravantes: Stell Comércio e Soluções e Telecomunicações LTDA. Agravado: Google Brasil Internet Ltda. Relatora Desembargadora Viviani Nicolau. São Paulo, 4 de outubro de 2013. Disponível em: <<https://esaj.tjsp.jus.br/cjsj/getArquivo.do?cdAcordao=7072596&cdForo=0>>. Acesso em: 26 dez. 2014.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. RESPONSABILIDADE CIVIL. POSTAGEM EM REDE SOCIAL. DIREITO À HONRA. DIREITO À LIBERDADE DE EXPRESSÃO. PROPORCIONALIDADE. ATO ILÍCITO NÃO CONFIGURADO. APELAÇÃO CÍVEL. n. 70056352644. Décima Câmara Cível. Apelante: Rafaela dos Santos Trigo. Apelados: Município de São Borja e Diego Egges Bicca. Desembargador Túlio de Oliveira Martins. Porto Alegre, 28 de novembro de 2013. Disponível

em:

<http://www.tjrs.jus.br/busca/search?q=cache:www1.tjrs.jus.br/site_php/consulta/consulta_processo.php%3Fnome_comarca%3DTribunal%2Bde%2BJusti%25E7a%26versao%3D%26versao_fonetica%3D1%26tipo%3D1%26id_comarca%3D700%26num_processo_mask%3D70056352644%26num_processo%3D70056352644%26codEmenta%3D5579037+facebook+direitos+personalidade++++&proxystylesheet=tjrs_index&client=tjrs_index&ie=UTF-8&lr=lang_pt&site=ementario&access=p&oe=UTF-8&numProcesso=70056352644&comarca=Comarca%20de%20S%C3%A3o%20Borja&dtJulg=28/11/2013&relator=T%C3%BAlio%20de%20Oliveira%20Martins&aba=juris>. Acesso em: 15 dez. 2014.

Legislações

Nacionais

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Promulga a Constituição da República Federal do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 17 dez. 2014.

_____. Lei n. 3.071, de 1º de janeiro de 1916. Institui o Código Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3071.htm>. Acesso em: 17 dez. 2014.

_____. Lei n. 5.869, de 11 de janeiro de 1973. Institui o Código de Processo Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5869compilada.htm>. Acesso em: 28 dez. 2014.

_____. Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a política nacional do meio ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm> Acesso em: 19 nov. 2014.

_____. Lei n. 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9610.htm>. Acesso em: 16 dez. 2014.

_____. Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm> Acesso em: 22 nov. 2014.

_____. Lei n. 11.419, de 19 de dezembro de 2006. Dispõe sobre a informatização do processo judicial. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11419.htm> Acesso em: 18 nov. 2014.

_____. Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do §3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm> Acesso em: 15 nov. 2014.

_____. Lei n. 12.737, de 30 de novembro de 2012. Dispõe sobre a tipificação criminal de delitos informáticos; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código

Penal; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112737.htm>. Acesso em: 25 dez. 2014.

_____. Lei n. 12.965, de 23 de abril de 2014. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/112965.htm> Acesso em: 19 nov. 2014.

Estrangeiras

12 Del. C. § 5002 (LexisNexis 2014).

Connecticut - Conn. Ann. Stat. § 45a-334a (LexisNexis 2014).

Idaho - Idaho Code § 15-3-715 (28) (Lexis Nexis 2014).

Indiana - Burns Ind. Code Ann. § 29-1-13-1.1 (LexisNexis 2014).

MACAU. Decreto-Lei n.º 39/99/M. Institui o Código Civil. Disponível em: <<http://bo.io.gov.mo/bo/i/99/31/codcivpt/>>. Acesso em: 17 dez. 2014.

Nevada - Nev. Rev. Stat. Ann. § 143.188 (LexisNexis 2014),

Oklahoma - 58 Okl. St. § 269 (LexisNexis 2014).

PORTUGAL. Decreto-Lei n. 47.344, de 25 de novembro de 1966. Institui o Código Civil Português. Disponível em <http://www.stj.pt/ficheiros/fpstjptlp/portugal_codigocivil.pdf> Acesso em: 12 dez. 2014.

Rhode Island - R. I. Gen. Laws § 33-27-2; § 33-27-3 (LexisNexis 2014).

Virginia - Va. Code Ann. § 64.2-110.

Livros

AKESTER, Patrícia. *O direito de autor e os desafios da tecnologia digital*. Cascais: Principia, 2004.

ALVES, José Carlos Moreira. *Direito romano*. 15 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

AMARAL, Francisco. *Direito Civil: Introdução*. 3 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

ANDRADE, Fábio Siebeneichler de. *Da codificação: crônica de um conceito*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.

ANDRADE, Manuel A. Domingues de. *Teoria geral da relação jurídica: sujeitos e objecto*. Coimbra: Almedina, 2003. 1 v.

ANTUNES, Paulo de Bessa. *Direito Ambiental*. 9 ed., rev., ampl. e atual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

BARBAS, Stela Marcos de Almeida Neves. *Direito ao património genético*. Coimbra: Almedina, 1998.

BARROSO, Luís Roberto. *Interpretação e aplicação da constituição: fundamentos de uma dogmática constitucional transformadora*. 7 ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2009.

BAUDRY-LACANTINERIE, G.; CHAUVEAU, M. *Traité théorique et pratique de droit civil: des biens*. 3ème ed. Paris, Recueil Sirey, 1905.

BECK, Ulrich. *La sociedad del riesgo: hacia una nueva modernidad*. Traducción de Jorge Navarro, Daniel Jiménez, Maria Rosa Borrás. Barcelona: Paidós, 1998.

BEDAQUE, José Roberto dos Santos. *Efetividade do processo e técnica processual*. São Paulo: Malheiros, 2006.

BELLEIL, Arnaud. @-privacidade - *O mercado dos dados pessoais: proteção da vida privada na idade da internet*. Tradução de Paula Rocha Vidalinc. Lisboa: Instituto Piaget, 2002.

BELTRÃO, Silvio Romero. *Direitos da personalidade: de acordo com o novo código civil*. São Paulo: Atlas, 2005.

BERNERS-LEE, Tim. With Mark Fischetti. *Weaving the web: the original design and ultimate destiny of the world wide web*. New York: Harper, 2000.

BEVILAQUA, Clovis. *Theoria geral do direito civil*. 2 ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1929.

BITTAR, Carlos Alberto. *Os direitos da personalidade*. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

BOISOT, Max H. *Knowledge assets: securing competitive advantage in the information economy*. New York: Oxford University Press, 2010.

BUENO, Cassio Scarpinella. *Projetos de novo Código de Processo Civil comparados e anotados: Senado Federal (PLS n. 166/2010) e Câmara dos Deputados (PL n. 8.046/2010)*. São Paulo: Saraiva, 2014.

CANARIS, Claus-Wilhelm. *Direitos fundamentais e direito privado*. Tradução de Ingo Wolfgang Sarlet e Paulo Mota Pinto. 2 reimp. Coimbra: Almedina, 2009.

CARPENA, Márcio Louzada. *Do processo cautelar moderno*. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

CARROL, Evan; ROMANO, John. *Your digital afterlife: when Facebook, Flickr and Twitter are your estate. What's your legacy?* Berkeley: New Riders, 2011. Documento em formato eBook (Kindle).

CARVALHO, André Castro. *Tributação de bens digitais: interpretação do art. 150, VI, d, da Constituição Federal*. São Paulo: MP Editora, 2009.

CASTELLS, Manuel. *The rise of the network society: the information age: economy, society and culture*. Cornwall: Blackwell Publishers, 1996. 1 v.

CHRISTMAN, John. *The myth of property: toward an egalitarian theory of ownership*. New York: Oxford University Press, 1994.

CINTRA, Antonio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. *Teoria geral do processo*. 18 ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2002.

CLARKE Alison; KOHLER, Paul. *Property Law: commentary and materials*. New York: Cambridge University Press, 2005. Documento em formato eBook (Kindle).

COELHO, Fábio Ulhoa. *Curso de direito civil: parte geral*. 7 ed. São Paulo: Saraiva, 2014. 1 v. Documento em formato eBook (SaraivaReader).

CORDEIRO, António Menezes. *Da boa fé no Direito Civil*. Coimbra: Almedina, 2011.

CRABB, George. *The law of real property in its present state: practically arranged and digested in all its branches, including the very latest decisions of the courts*. Philadelphia: T. & J. W. Johnson, 1846. 1 v.

CUPIS, Adriano de. *Os direitos da personalidade*. Tradução de Afonso Celso Furtado Rezende. São Paulo: Quorum, 2008.

CRESPO, Marcelo Xavier de Freitas. *Crimes digitais*. São Paulo: Saraiva, 2011.

DIDIER Jr., Fredie; BRAGA, Paula Sarno; OLIVEIRA, Rafael. *Curso de direito processual civil: teoria da prova, direito probatório, teoria do precedente, decisão judicial, coisa julgada e antecipação dos efeitos da tutela*. 4 ed. Salvador: Juspodivm, 2009. 2 v.

DINIZ, Maria Helena. *Curso de direito civil brasileiro*. 18 ed. São Paulo: Saraiva, 2002. 1 v.

DONEDA, Danilo. *Da privacidade à proteção de dados pessoais*. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

DUPAS, Gilberto. *Ética e poder na sociedade da informação: de como a autonomia das novas tecnologias obriga a rever o mito do progresso*. 3. ed. São Paulo: UNESP, 2011.

FACHIN, Luiz Edson. *Estatuto jurídico do patrimônio mínimo*. 2 ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

_____. *Teoria crítica do direito civil*. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. *Curso de direito civil: parte geral e LINDB*. 12 ed. rev., ampl. e atual. Salvador: Editora Juspodivm, 2014. 1 v.

FARINHO, Domingos Soares. *Intimidade da vida privada e media no ciberespaço*. Coimbra: Almedina, 2006.

FERRAZ JUNIOR, Tercio Sampaio. *Introdução ao estudo de direito: técnica, decisão, dominação*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

FIGUEIREDO, Fábio Vieira. *Direito de autor: proteção e disposição extrapatrimonial*. São Paulo: Saraiva, 2012.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco; CONTE, Christiany Pegorari. *Crimes no meio ambiente*. São Paulo: Saraiva, 2013.

_____; DIAFÉRIA, Adriana. *Biodiversidade e patrimônio genético no direito ambiental brasileiro*. São Paulo: Max Limonad, 1999.

FINE, Toni M. *An introduction to the anglo-american legal system*. The global law collection. Madrid: Thomson/Aranzadi, 2007.

FRANÇA, R. Limongi. *Manual de direito civil*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1966. 1 v.

GAGLIANO, Pablo Stolze. PAMPLONA FILHO, Rodolfo. *Novo curso de direito civil: parte geral*. 14 ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2012. 1 v.

GAMA, Affonso Dionysio. *Tratado theorico e pratico de direito civil brasileiro: introdução ao estudo do direito civil e theoria geral de direito civil*. Rio de Janeiro, Leite Ribeiro, 1927.

GARY, Susan N. et al. *Contemporary trusts and estates: an experiential approach*. Aspen Casebook Series. 2nd ed. New York: Wolters Kluwer Law & Business, 2014.

GELDART, William. *Introduction to English law: originally elements of English law*. 11th ed. Prepared by Sir David Yardley. Oxford: Oxford University Press, 1995.

GILLESPIE, Alisdair A. *The English Legal System*. 3rd ed. New York: Oxford University Press, 2011.

GOLDSMITH, Jack; WU, Tim. *Who controls the internet?: illusions of a borderless world*. New York: Oxford University Press, 2006. Documento em formato eBook (Kindle).

GOMES, Orlando. *A crise do direito*. São Paulo: Max Limonad, 1955.

_____. *Introdução ao direito civil*. 20 ed. rev., atual. e aum. de acordo com o Código Civil de 2002 por Edvaldo Brito e Reginalda Paranhos de Brito. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

_____. *Raízes históricas e sociológicas do código civil brasileiro*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

GRANZIERA, Maria Luiza Machado. *Direito ambiental*. 2 ed. revista e atualizada. São Paulo: Atlas, 2011.

GREEN, Sarah; RANDALL, John. *The tort of conversion*. Oxford and Portland (Oregon): Hart Publishing, 2009. Documento em formato eBook (Kindle).

HAFNER, Katie; LYON, Matthew. *Where wizards stay up late: the origins of the internet*. New York: Simon and Schuster, 1998. Documento em formato eBook (Kindle).

HARDING, Luke. *Os arquivos Snowden: a história secreta do homem mais procurado do mundo*. Tradução de Luke Alice Klesck e Bruno Correia. Rio de Janeiro: LeYa, 2014.

OLIVECRONA, Karl. *Linguagem jurídica e realidade*. Apresentação de Alaôr Caffé Alves. São Paulo: Quartier Latin, 2005.

LAWSON, F. H.; RUDDEN, Bernard. *The law of property*. 3rd ed. Revised by Bernard Rudden. New York: Oxford University Press, 2010.

LEONARDI, Marcel. *Tutela e Privacidade na Internet*. São Paulo: Saraiva, 2012.

LEMOS, André; LÉVY, Pierre. *O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia*. São Paulo: Paulus, 2010.

LEMOS, Ronaldo. *Direito, tecnologia e cultura*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

LESSIG, Lawrence. *Code: version 2.0*. New York: Basic Books, 2006. Documento em formato eBook (Kindle).

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Ed. 34, 1999.

_____. *O que é o virtual?* Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Ed. 34, 1996.

LIMBERGER, Têmis. *O Direito à Intimidade na Era da Informática: A necessidade de proteção dos dados pessoais*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

LISBOA, Roberto Senise. *Confiança contratual*. São Paulo: Atlas, 2012.

_____. *Manual de direito civil: teoria geral do direito civil*. Vol. 1. 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2013. Documento em formato eBook (SaraivaReader).

_____. *Responsabilidade civil nas relações de consumo*. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

LLOYD, Ian J. *Information technology Law*. 6th edition. New York: Oxford University Press, 2011

LOPES, Miguel Maria de Serpa. *Curso de direito civil*. 8 ed. rev. e atual. pelo prof. José Serpa Santa Maria. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1996. 1 v.

LORA ALARCÓN, Pietro de Jesús. *Patrimônio genético humano e sua proteção na Constituição Federal de 1988*. São Paulo: Método, 2004.

LORENZETTI, Ricardo Luis. *Fundamentos do direito privado*. Tradução de Vera Maria Jacob de Fradera. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. *Direito ambiental brasileiro*. 19 ed. revista, atual. e ampl. São Paulo: Malheiros, 2011.

MANSELL, Robin. *Imagining the internet: Communication, Innovation, and Governance*. Oxford: Oxford University Press, 2012.

MARINONI, Luiz Guilherme. *Precedentes obrigatórios*. 2 ed. rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

_____. *Técnica processual e tutela dos direitos*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

_____; MITIDIERO, Daniel. *O projeto de CPC: críticas e propostas*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

MARQUES, Cláudia Lima. *Confiança no comércio eletrônico e a proteção do consumidor: um estudo dos negócios jurídicos de consumo no comércio eletrônico*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

_____; MIRAGEM, Bruno. *O novo direito privado e a proteção dos vulneráveis*. 2 ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

MARQUES, Garcia; LOURENÇO, Martins. *Direito da informática*. 2. ed. – refund. e actual. Coimbra: Almedina, 2006.

MATOS, Karla Cristina da Costa e Silva. *O valor econômico da informação nas relações de consumo*. São Paulo: Almedina, 2012.

MAYER-SCHÖNBERGER, Viktor; CUKIER, Kenneth. *Big data: a revolution that will transform how we live, work, and think*. New York: Houghton Mifflin Harcourt Publishing Company, 2013. Documento em formato eBook (Kindle).

MENDES, Laura Schertel. *Privacidade, proteção de dados e defesa do consumidor: linhas gerais de um novo direito fundamental*. São Paulo: Saraiva, 2014.

MILARÉ, Édís. *Direito do ambiente: doutrina, jurisprudência, glossário*. 5 ed. ref., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

MONTEIRO, Washington de Barros; PINTO, Ana Cristina de Barros Monteiro. *Curso de direito civil: parte geral*. 42 ed. São Paulo: Saraiva, 2009. 1 v.

MORATO, Antonio Carlos. *Direito do autor em obra coletiva*. São Paulo: Saraiva, 2007.

MURRAY, Andrew. *Information Technology Law: the law and society*. New York: Oxford University Press, 2010.

NABAIS, José Casalta. *Introdução ao direito do património cultural*. 2 ed. Coimbra: Almedina, 2010.

NEGROPONTE, Nicholas. *Being digital*. New York: Vintage books, 1996.

NICOLELIS, Miguel. *Muito além do nosso eu: a nova neurociência que une cérebros e máquinas – e como ela pode mudar nossas vidas*. Tradução do autor e revisão de Giselda Laporta Nicolelis. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

NUNES, Simone Lahorgue. *Direito autoral, direito antitruste e princípios constitucionais*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

OLIVECRONA, Karl. *Linguagem jurídica e realidade*. Apresentação de Alaôr Caffé Alves. São Paulo: Quartier Latin, 2005.

PAESANI, Liliana Minardi. *Direito e internet: liberdade de informação, privacidade e responsabilidade civil*. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

PASCALE LEONARDI, Fernanda Stinchi. *Voz e direito civil: proteção jurídica da voz: história, evolução e fundamentação legal*. Barueri, SP: Manole, 2013.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Direito Civil: alguns aspectos da sua evolução*. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

_____. *Instituições de direito civil*. 26. ed. rev. e atual. por Maria Celina Bodin de Moraes. Rio de Janeiro: Forense, 2013. 1 v.

PINHEIRO, Patrícia Peck. *Direito digital*. 5 ed. rev., atual. e ampl. de acordo com as Leis n. 12.735 e 12.737, de 2012. São Paulo: Saraiva, 2013.

- PIOVESAN, Flávia. *Direitos Humanos e o Direito Constitucional*. 10 ed., rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2009.
- RIBAS, Antonio Joaquim. *Curso de Direito Civil brasileiro*. Prefácio de Antônio de Pádua Ribeiro. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.
- RODRIGUES, Silvio. *Direito civil: parte geral*. 32 ed. São Paulo: Saraiva, 2002. 1 v.
- SARLET, Ingo Wolfgang. *A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional*. 10 ed. rev. atual. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.
- SARMENTO, Daniel. *Direitos fundamentais e relações privadas*. 2. ed., 2. tir. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.
- SCHMIDT, Eric; COHEN, Jared. *A nova era digital: como será o futuro das pessoas, das nações e dos negócios*. Tradução de Ana Beatriz Rodrigues e Rogério Durst. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2013.
- SCHREIBER, Anderson. *Direitos da personalidade*. São Paulo: Atlas, 2011.
- SILVA, José Afonso da. *Direito ambiental constitucional*. 9 ed. atual. São Paulo: Malheiros, 2011.
- SILVA, Virgílio Afonso da. *A constitucionalização do direito: os direitos fundamentais nas relações entre particulares*. 1 ed., 3 tir. São Paulo: Malheiros Editores, 2011.
- SMITH, Roger J. *Property Law: Longman Law series*. 8th ed. Dorchester, Doster (UK): Pearson, 2014. Documento em formato eBook (Kindle).
- SOLOVE, Daniel J. *The digital person: technology and privacy in the information age*. New York: New York University Press, 2004.
- SOUSA, Rabindranath Capelo de. *O Direito Geral de Personalidade*. Coimbra: Coimbra Editora, 1995.
- STRECK, Lenio Luiz. *Verdade e consenso: constituição, hermenêutica e teorias discursivas da possibilidade à necessidade de respostas corretas em direito*. 3 ed. rev., ampl. e com posfácio. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.
- SUASSUNA, Ariano. *O romance d'A pedra do reino e o príncipe do sangue do vai-e-volta*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1971.
- SZANIAWSKI, Elimar. *Direitos de personalidade e sua tutela*. 2 ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.
- TAPSCOTT, Don; WILLIAMS, Anthony D. *Wikinomics: how mass collaboration changes everything*. New York: Penguin, 2006.

PIOVESAN, Flávia. *Direitos Humanos e o Direito Constitucional*. 10 ed., rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2009.

RIBAS, Antonio Joaquim. *Curso de Direito Civil brasileiro*. Prefácio de Antônio de Pádua Ribeiro. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.

RODRIGUES, Silvio. *Direito civil: parte geral*. 32 ed. São Paulo: Saraiva, 2002. 1 v.

SARLET, Ingo Wolfgang. *A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional*. 10 ed. rev. atual. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

SARMENTO, Daniel. *Direitos fundamentais e relações privadas*. 2. ed., 2. tir. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

SCHMIDT, Eric; COHEN, Jared. *A nova era digital: como será o futuro das pessoas, das nações e dos negócios*. Tradução de Ana Beatriz Rodrigues e Rogério Durst. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2013.

SCHREIBER, Anderson. *Direitos da personalidade*. São Paulo: Atlas, 2011.

SILVA, José Afonso da. *Direito ambiental constitucional*. 9 ed. atual. São Paulo: Malheiros, 2011.

SILVA, Virgílio Afonso da. *A constitucionalização do direito: os direitos fundamentais nas relações entre particulares*. 1 ed., 3 tir. São Paulo: Malheiros Editores, 2011.

SMITH, Roger J. *Property Law*: Longman Law series. 8th ed. Dorchester, Doster (UK): Pearson, 2014. Documento em formato eBook (Kindle).

SOLOVE, Daniel J. *The digital person: technology and privacy in the information age*. New York: New York University Press, 2004.

SOUSA, Rabindranath Capelo de. *O Direito Geral de Personalidade*. Coimbra: Coimbra Editora, 1995.

STRECK, Lenio Luiz. *Verdade e consenso: constituição, hermenêutica e teorias discursivas da possibilidade à necessidade de respostas corretas em direito*. 3 ed. rev., ampl. e com posfácio. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

SUASSUNA, Ariano. *O romance d'A pedra do reino e o príncipe do sangue do vai-e-volta*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1971.

SZANIAWSKI, Elimar. *Direitos de personalidade e sua tutela*. 2 ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

TAPSCOTT, Don; WILLIAMS, Anthony D. *Wikinomics: how mass collaboration changes everything*. New York: Penguin, 2006.

TEIXEIRA, Tarcisio. *Curso de direito e processo eletrônico: doutrina, jurisprudência e prática*. Saraiva, 2013.

ZYGMUNT, Bauman. *Modernidade líquida*. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

_____. *Tempos líquidos*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

ZITTRAIN, Jonathan. *The future of the internet and how to stop it*. New Haven: Yale University Press, 2008.

Modelos de legislações estrangeiras

UNIFORM FIDUCIARY ACCESS TO DIGITAL ASSETS ACT. WITH PREFATORY NOTE AND COMMENTS. NATIONAL CONFERENCE OF COMMISSIONERS ON UNIFORM STATE LAWS, p. 1-22, 6 jun. 2014. Disponível em: <http://www.uniformlaws.org/shared/docs/Fiduciary%20Access%20to%20Digital%20Assets/2014am_ufadaa_draft.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2014.

UNIFORM FIDUCIARY ACCESS TO DIGITAL ASSETS ACT. WITHOUT PREFATORY NOTE AND COMMENTS. NATIONAL CONFERENCE OF COMMISSIONERS ON UNIFORM STATE LAWS, p. 1-11, 22 jul. 2014. Disponível em: <<http://www.uniformlaws.org/shared/docs/Fiduciary%20Access%20to%20Digital%20Assets/UFADAA%202014%20Post-approval%20Pre-style.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2014.

Pareceres

HENNIG, Gene H. Supplement to the May 31, 2011, Project Proposal for a uniform law. *Lista de esboços mantida pela ULC para a discussão da Fiduciary Access to Digital Assets Draft*, Minneapolis, p. 1-3, 5 July 2011. Disponível em: <http://www.uniformlaws.org/shared/docs/Fiduciary%20Access%20to%20Digital%20Assets/2011jul5_DigitalAssets_Hennig%20Proposal%20Supplement.pdf> Acesso em: 21 Oct. 2014.

Relatórios

BARBOSA, Alexandre F. (Org.). *Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação no Brasil* [livro eletrônico]: TIC Domicílios e empresas 2012. Edição bilíngue: português/inglês. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2013. 631 p.

Disponível em: <<http://www.cgi.br/media/docs/publicacoes/2/tic-domicilios-e-empresas-2012.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2014.

PERSONAL INFORMATION ECONOMY: CONSUMERS AND THE EVOLUTION OF COMMERCIAL RELATIONSHIPS. An Ericsson consumer insight summary report. Stockholm, Sweden: february, 2013.

TAKAHASHI, Tadao (Org.). *Sociedade da informação no Brasil*: livro verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

WORLD CONFERENCE ON INTERNATIONAL TELECOMMUNICATIONS, 2012, Dubai. *Final Acts*. Dubai: International Telecommunications Union, 2012. 20 p.